

ATA DE REUNIÃO 31/2009

Ata 31/2009 - Aos dezoito dias do mês de Setembro de dois mil e nove, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Central dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para reunião extraordinária como segue: Solange Silva Santos Fidelis, Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, Nelson Kissler, Maria Inês Borges Mânica, Lucimar Recalcatti Vieira, Edgard Ravache, Léo Inácio Anschau, Raquel Cassol, Elisabete Medeiros Backes, Celito Francisco Zanon, Vilson André da Silva, Valdair Alberton Baggio, Andréia Paula Tadiotto, Inês Terezinha Pastório, Maria Antonia Rodrigues, Lauro Edvino dos Santos, Renate Neumann Schewe Cardoso, Ottilia Grígolo Friedrich, Roseli Terezinha Gass, Rosana Aparecida Pinho Franco dos Santos, Patrícia Ortigoza Chaves, Antonio Teixeira dos Santos, Loiva Fátima Bortolanza, Alexandre Helfer, Tiago Henrique Godoy da Silva, Junior Henrique Pinto, Ires Damian Scuzziato, Jarbas Luiz Lopes, Tânia Piazzeta e como participante, Tânia R. S. Midding, para discutirem e decidirem sobre os seguintes pontos de pauta: a) Aprovação do Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária de 2.010 da Secretaria de Assistência Social. A Presidente do CMAS, Maria Inês, iniciou a reunião saudando aos conselheiros presentes e colocou a pauta desta reunião e pediu a inclusão de mais dois pontos na pauta para discussão, sendo eles: 1) Indicação de um membro para compor a Comissão da Gerência dos Serviços Funerários e; 2) Notificação do FNAS acerca de incorreções aferidas no Demonstrativo de 2006, enviada para conhecimento do CMAS com um questionário a ser respondido por este. Em seguida Maria Inês passa a palavra o conselheiro e Secretário de Assistência Social, Léo Inácio para apresentar o quadro de detalhamento do orçamento da área da Assistência Social para 2010. Léo inicia a apresentação indicando que será necessário uma alteração em relação ao Piso Básico de Transição (PBT), conforme a Portaria 288 de dois de setembro de dois mil e nove, a qual dispõe sobre a oferta dos serviços de proteção social básica do SUAS com os recursos do PBT para o PAIF, Idoso e Projovem Adolescente, enfatizando sobre a dificuldade de conseguir tais informações, e que buscou informações diretamente com o MDS, pois nem mesmo os técnicos da SETP obtinham estas informações. Léo ressalta que, a partir de primeiro de janeiro de dois mil e dez, os recursos do PBT passarão a co-financiar os serviços do Piso Básico Fixo (PBF) e/ou Piso Básico Variável (PBV), com valor anual já determinado pela portaria 288 em seu art. 6º, a ser repassado para o município de Toledo é de R\$182.521,20 (Cento e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte um reais e vinte centavos), sendo destinado um valor mensal de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para o PAIF de um CRAS, de R\$ 3.866,40 (três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos) para as atividades com Idosos, e de R\$ 2.512,50 (dois mil, quinhentos e doze reais e cinquenta centavos) para dois coletivos do projovem. Esclarece ainda que do dia vinte e um de setembro a trinta de outubro, estará aberto o sistema com Termo de Aceite com a opção dos serviços a serem implantados com os recursos do PBT. Neste sentido, o conselheiro Nelson sugere que a gestão organize uma reunião com as Entidades que perderão os recursos do PBT para uma conversa, a sugestão foi aceita, e Léo diz que apenas duas das entidades recebem um valor significativo, mas irá conversar com as entidades sobre o assunto. O conselho aprova por unanimidade a proposta do PBT. Em seguida Léo explica que já foi aprovado o PPA a LDO e agora tem que ser aprovado a LO com o detalhamento do orçamento da área da Assistência Social, o qual está dividido em Gabinete, FMDCA e FMAS. Em relação ao Gabinete, há uma previsão orçamentária de R\$ 184.358,36 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito reais, trinta e seis centavos), o qual destina-se ao atendimento administrativo de cunho gerencial como: Pagamento de salários de servidores, encargos patronais; Diárias, passagens e despesas com locomoção; Outras despesas de cunho administrativo e de suporte técnico que não integram diretamente os programas desenvolvidos na secretaria. Quanto ao FMDCA, este se encontra dividido em gerenciamento de RH – com previsão de R\$ 429.455,85 (quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais, oitenta e cinco centavos), neste item a conselheira Íris observa que no seu entendimento o FMDCA não pode conter pagamento de recursos humanos e pede para que seja verificada a Lei do FMDCA; Infra-estrutura de Centro Assistencial para crianças e adolescentes com previsão de R\$ 155.100,00 (cento e cinquenta e cinco mil e cem reais), sendo que este Centro já obteve aprovação pelo conselho e encontra-se em fase final de

negociação o financiamento, neste sentido Iris diz que já houve a discussão no CEDCA sobre o repasse de recurso do Estado para o Município para a realização da construção; Construção e implantação do Centro da Juventude em parceria com o Programa Paraná Urbano, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU) com a previsão de R\$ 2.325.000,00 (dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil reais); Serviços de Proteção Social Especial no valor de R\$ 55.040,00 (cinquenta e cinco mil e quarenta reais); Serviços de Proteção Social Básica com valor de R\$ 934.922,00 (novecentos e trinta e quatro mil, novecentos e vinte e dois reais) e; manutenção do Conselho Tutelar com valor previsto de R\$ 1.001.638,45 (um Milhão e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos), o qual contempla vencimentos e encargos dos conselheiros, manutenção da estrutura e instalações da sede do Conselho Tutelar e outras despesas, fechando com um valor total da unidade FMDCA em R\$ 4.101.807,90 (Quatro milhões, cento e um mil, oitocentos e sete reais e noventa centavos). Neste momento a conselheira Loiva sugere que a apresentação seja mais clara e sucinta, já que os valores já foram aprovados anteriormente por este conselho, considerando que os conselheiros são leigos no assunto, sendo necessária uma capacitação sobre orçamento público para os conselheiros. Em seguida, a conselheira Íris observa que deveria haver uma explanação do FMDCA especificamente ao CMDCA, ou que o mesmo deveria estar presente nesta reunião. Dando sequência ao detalhamento do orçamento, Léo apresenta como ficou a distribuição no FMAS, no qual entra a Assistência ao Idoso com previsão orçamentária de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) em nível de PSB, para construção, ampliação, reformas e melhorias em unidades de atendimento ao idoso; de R\$ 180.100,00 (Cento e oitenta mil e cem reais) para infraestrutura em nível de PSE, para construção do Centro dia e implementação do CREAS; de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) para manutenção e conservação dos Centros de Convivência de Idosos do município; e finalizando na atenção ao idoso apresenta a previsão de R\$ 247.360,00 (Duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta reais), para a manutenção e ampliação dos serviços de PSB e PSE já executados pelo município como auxílio financeiro aos grupos e entidades, viagens, infraestrutura física, administrativa e recursos humanos, entre outras atividades. Em relação ao item Assistência ao Portador de Deficiência, Roseli observa que não se usa mais este termo e sim Pessoa Com Deficiência e sugere que seja feita a correção. Continuando a apresentação, este é serviço de proteção especial para infraestrutura e melhorias dos serviços e investimentos em instituições, entidades e associações sócioassistenciais, com valor previsto de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); na efetivação dos direitos da PCD com previsão de R\$ 252.980,84 (Duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos) para atendimento de despesas com repasse às entidades que atendem este público, serviços de ação continuada de habilitação e re-habilitação do governo federal e manutenção do Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência, neste momento, Roseli diz que este Centro não existe no município e Léo coloca que existe a intenção de implantação deste serviço, portanto precisa estar previsto sua manutenção no orçamento. Ainda no FMAS, está a Assistência à Criança e ao Adolescente, com projeto/atividade de infraestrutura para programas e atendimentos à crianças, jovens e adolescentes em níveis de PSB e PSE, com valor previsto de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais). Serviços de Proteção social Especial (PSE) – Infância e Adolescência com valor de R\$ 304.600,00 (trezentos e quatro mil e seiscentos reais) para manutenção e ampliação das atividades do NACA (Núcleo de Atendimento a Criança e Adolescente, PETI, CREAS, LA, PSC, abrigo, família acolhedora. Serviços de Proteção Social Básica (PSB) – Infância e Adolescência, com previsão de R\$ 366.856,40 (Trezentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) para manutenção e ampliação dos programas assistenciais desenvolvidos pelo Município voltados a crianças, jovens e adolescentes; Estrutura física e Recursos Humanos; Firmar parcerias com Entidades não governamentais para contratação de jovens e adolescente aprendizes; Criação e implantação do Programa Jovem talento, Projeto Oficina solidária, Projeto Vir Ação; Instalação de bibliotecas nos Centros da Juventude e desenvolvimento de cursos diversos. Léo lembra que deverá haver uma discussão sobre os recursos do FIA, pois este não passa pelo orçamento municipal. Em seguida apresenta o item da Assistência Comunitária, para atendimento à família e indivíduo em situação de vulnerabilidade e risco social e inclusão a grupos organizados, com previsão de R\$ 500.100,00 (Quinhentos mil e cem reais), para construção, ampliação e implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Ainda na Assistência Comunitária, a manutenção das atividades de atendimento da Assistência Social, com valor de R\$ 549.929,38

(Quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos), para manutenção das atividades dos CRAS, aquisição de materiais de consumo e equipamentos para os CRAS e outras unidades públicas. Nos Serviços de Proteção Social Especial destina-se o valor de R\$ 182.795,80 (Cento e oitenta e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos). Nos Serviços de Proteção Social Básica à famílias e seus membros, um valor de R\$ 644.933,63 (seiscentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos). Em Ações e Benefícios Eventuais, há uma previsão de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Para as Ações Emergenciais, um valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Para a Manutenção e Conservação das Unidades de Assistência Social, com R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais). Em relação ao Gerenciamento de Recursos Humanos – FMAS, com previsão de R\$ 1.714.599,19 (Um milhão, setecentos e quatorze mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezenove centavos) para pagamento de direitos dos servidores. Para Apoio e Incentivo dos Órgãos de Controle Social e Defesa de Direitos, com previsão de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais) para manutenção e capacitação dos Conselhos da área da Assistência Social. Quanto ao Aprimoramento de Gestão da Política de Assistência Social, há a previsão de 4.000,00 (Quatro mil reais). No final da apresentação do orçamento, Léo expõe um resumo dos valores sobre cada Unidade, a seguir: Gabinete – R\$ 184.358,36 (Cento e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos); FMDCA – R\$ 4.101.807,90 (quatro milhões, cento e um mil, oitocentos e sete reais e noventa centavos); FMAS – 5.567.255,24 (Cinco milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). A conselheira Íris sugere que seja especificado, no FMDCA, em relação ao recurso do FIA, o que é Municipal, Estadual e o que é recurso oriundo de doações. Neste momento, a Presidente, Maria Inês, questiona quanto fecha em termos de percentual os valores destinados para a Assistência Social em relação ao orçamento geral do município, Léo diz que fica entre cinco e seis por cento. A conselheira Roseli diz que não ficou claro que será investido em PSE e PSB e pede que seja melhor especificado e apresentado na próxima reunião ordinária do CMAS. Em seguida, o Presidente da Comissão de Orçamento, Valdair Baggio, diz que a comissão se reuniu na quarta feira para analisar o orçamento e que a mesma manifesta-se pela aprovação da proposta, porém com algumas observações como: inclusão de rubrica para o FMDCA, com a finalidade de realizar os repasses referentes a Campanha do Imposto de Renda; Levantaram os valores apresentados no orçamento de cada ente federativo: Município – R\$ 8.463.690,40 (Oito milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, seiscentos e noventa reais e quarenta centavos) com percentual de 82,85 %; Estadual – R\$ 268.100,00 (Duzentos e sessenta e oito mil e cem reais) sendo 2,62%; União – R\$ 1.384.631,14 (Um milhão, trezentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais e quatorze centavos) sendo 13,56 %; Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica – R\$ 99.242,06 (Noventa e nove mil, duzentos e quarenta e dois reais e seis centavos) com 0,9 %, fechando um valor total de R\$ 10. 215, 60 (Dez milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta centavos). Antes de colocar para aprovação da plenária, Léo pede que seja registrado que este orçamento pode sofrer alterações de valores, devido a possíveis remanejamentos. Em seguida, o orçamento é submetido à apreciação da Plenária do CMAS, a qual aprovou por unanimidade. Maria Inês coloca o segundo ponto de pauta para discussão, informando sobre ofício recebido da Comissão dos Serviços Funerários convidando-a, enquanto Presidente do CMAS, para participar de reunião para discussão sobre o Decreto que regulamenta a concessão dos Serviços Funerários no município de Toledo, solicitando um representante do CMAS para compor esta Comissão. Para tanto, Baggio e Elisabete se dispõem para fazerem parte da Comissão dos Serviços Funerários, desta forma, a plenária aprova a indicação de Valdair Alberton Baggio como Titular e Elisabete Backes como Suplente. Em seguida, o conselheiro Ravache questiona porque as Igrejas não são chamadas para participarem desta discussão, já que não é muito compreensível o processo deste serviço, dificultando ainda mais pelo estado emocional que as pessoas se encontram na ocasião que necessitam dos mesmos. Baggio faz um esclarecimento de como se dá o processo de habilitação dos serviços funerários no município. Como última discussão, Maria Inês, pede que a Assistente Social Tânia, explique sobre a notificação do FNAS, enviada para a Prefeitura e para o CMAS, sobre a Prestação de Contas do Demonstrativo de dois mil e seis. Tânia faz uma leitura do documento e explica em detalhes, diz que a contabilidade da Prefeitura já respondeu a notificação e que todos os documentos, inclusive as resoluções e atas do CMAS, estão claros e de acordo com a prestação de contas referente ao Demonstrativo de dois mil e seis. Assim, o conselheiro Ravache sugere que conste no ofício que

foi discutido e aprovado em reunião extraordinário. Lauro sugere que a Presidente leia e tenha conhecimento de todo o material, decida e traga o encaminhamento na próxima reunião para conhecimento de todos. Léo sugere que a Comissão técnica reúna-se para analisar a documentação e, Solange diz que é impossível, pois esta encontra-se com acúmulo de trabalho e não dará conta em virtude da urgência desta solicitação. Dessa forma, a plenária acata a sugestão de Lauro, ficando então, sob a decisão da Presidente. A presidente Maria Inês encerrou a reunião às dez horas e trinta minutos e sem mais nada a relatar, eu Edgard Ravache findo a presente ata que depois de aprovada pelos membros deste conselho segue assinada por mim e demais presentes.